



Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1992

(SEGUNDA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademir Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanussi, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Arlindo Troian, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Ernani Pudell, José Tavares e Mário Bezerra (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFICIO Nº 102/92

Senhor Presidente.

Pelo presente, comunico a Vossa Excelência a minha impossibilidade de estar presente à Sessão Plenária deste dia 27 de abril, razão por que solicito justificativa à minha ausência aos trabalhos parla-

mentares.

Sendo só o que se me oferece no momento, ao ensejo, reitero agradecimentos por sua compreensão.

Sala das Sessões, em 27.04.92

(a) ARLINDO TROIAN

OFICIO Nº 408/92

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para justificar minha ausência aos trabalhos parlamentares deste dia 27 de abril, tendo em vista a impossibilidade de participar dos trabalhos em Plenário, devido a inadiável compromisso assumido junto ao eleitorado da Região.

Antecipando agradecimentos pela atenção, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 27.04.92

(a) MARIO BEZERRA

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com os nossos respeitosos cumprimentos, comparecemos a Vossa Excelência, para proceder a INDICAÇÃO dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães Filho e Antonio Costenaro Neto, como Membros Titulares da Comissão de Constituição e Justiça.

Outrossim, como Membros Suplentes permanece a indicação dos Senhores Nelson Garcia e Elio Lino Rusch.

Na oportunidade reiteramos a Vossa Excelência, nossos protestos de apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 27.04.92

(a) COSTENARO NETO

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Anexado ao presente, encaminhamos a Vossa Excelência, relação indicativa dos Senhores Deputados da Bancada do PST, que comporão, na qualidade de membros titulares e suplentes, as comissões técnicas permanentes deste Poder Legislativo.

Ao ensejo, renovo-lhe protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 27.04.92

(a) GERALDO CARTÁRIO

Líder do PST

TITULARES

C.C.J

Luiz Carlos Martins

C.F.

Nilton Barbosa

C.O.

Dirceu Manfrinato

Neivo Beraldin

C.A.I.C.	João Preis
C.O.P.T.C.	Dirceu Manfrinato
C.E.C.E.	Nilton Barbosa
C.T.I.C.	Edson Silva Lino
C.S.P.	João Preis
C.S.	Edson Silva Lino
C.R.	Geraldo Cartário
C.T.C.	Nilton Barbosa
C.T.	José Arthur Ritti
C.E.M.A.	Neivo Beraldin
C.FISC.	Luiz Carlos Martins

SUPLENTE

C.C.J	Neivo Beraldin
C.F.	Geraldo Cartário
C.O.	Geraldo Cartário
C.A.I.C.	José Arthur Ritti
C.O.P.T.C.	Dirceu Manfrinato
C.E.C.E.	Luiz Carlos Martins
C.T.I.C.	Geraldo Cartário
C.S.P.	Nilton Barbosa
C.S.	Nilton Barbosa
C.R.	João Preis
C.T.C.	Edson Silva Lino
C.T.	João Preis
C.E.M.A.	Neivo Beraldin
C.FISC.	Luiz Carlos Martins
	Geraldo Cartário

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 27.04.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, a retirado por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n° 531/91, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 27.04.92

(a) SEVERINO FELIX

REQUERIMENTO N° 527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no art. 121, c/c/ o art. 132, parágrafo 2°, inciso VIII, do Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, que seja o Projeto de Lei n° 068/92 juntado ao processo concernente ao Projeto de Lei n° 069/92, eis que as referidas propo-

sições tratam de matéria única e que pela sua similitude, devem ser transformadas numa só.

Sala das Sessões, em 27.04.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Dois Anteprojetos de Lei chegaram simultaneamente a esta Casa.

Um criando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e à sua estrutura institucional incorporando o ITCF e outro que dispõe sobre fiscalização das normas federais e estaduais de proteção da flora e fauna a serem praticados pelo ITCF, que pelo outro Anteprojeto não mais é tido como instituição autônoma.

Por se tratar de matérias com íntima relação justo é, até por economia processual, que se as analise em conjunto.

REQUERIMENTO N° 511-H

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com o uso de suas prerrogativas regimentais, profundamente sensibilizado, REQUER, após ouvir o soberano Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor EROL VINICIUS CAMPOS, ocorrido no dia 14 de abril do corrente ano, na cidade de Ponta Grossa, neste Estado, em inditoso acidente automobilístico.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O extinto era funcionário de carreira do BANESTADO SA., exercendo as funções de Gerente Regional da instituição na cidade de Ponta Grossa, neste Estado.

Funcionário competente, galgou a posição que ocupava no banco com muito trabalho, dedicação e responsabilidade.

Era pessoa de caráter firme, sem manchas. Sempre soube respeitar seus colegas e clientes.

Deixou a viúva, Senhora Marili E. Tamura Campos, filhos: Marco e Marcia Tamura Campos.

REQUERIMENTO N° 523

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição, nos Anais desta Sessão de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Benvenuto Miguel Gusso, membro tradicional da família paranaense, ocorrido no dia 25 de abril, deixa viúva a Senhora Diair Gusso e três filhos, solicitando ainda que da manifestação da Casa, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O empresário Benvenuto Miguel Gusso, membro de uma família de destaque em nossa

comunidade, realizou-se através do trabalho dedicado à atividade do comércio e agropecuária.

Ao desaparecer, Benvenuto Miguel Gusso deixou viúva a Senhora Diair Gusso, três filhos, e netos. Seu passamento deixa uma lacuna que nunca será preenchida.

REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de cumprimentos ao Prefeito e demais autoridades pela abertura oficial da 9ª Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

É com imensa satisfação que queremos registrar que no último sábado, dia 25.04.92, participamos da abertura da 9ª Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes, organizado pela Prefeitura Municipal, através do Prefeito Sebastião Cavagnoli, e com apoio da EMATER-Pr.

Esta iniciativa, que vai continuar até o próximo dia 03 de maio, realmente é uma feira que merece ser visitada por todos que puderem, já que demonstra o potencial dos Agricultores e Artesãos da cidade de Morretes, onde nada menos que 61 barracas vendem os mais diferentes produtos.

Nesse sentido solicitamos que Vossa Excelência, após ouvido o Plenário envie os seguintes expedientes:

1 - Ao Prefeito Sebastião Cavagnoli, cumprimentando-o pelo sucesso do empreendimento;

2 - Ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Abastecimento Osmar Dias, manifestando a nossa satisfação pelo trabalho realizado pela EMATER-Pr, na organização daquela festa;

3 - Que cópias dos expedientes acima citados sejam endereçados ainda ao Prefeito Sebastião Cavagnoli e ao Chefe Regional da EMATER em Paranaguá e também ao Presidente da EMATER em Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão de Deputados das diversas bancadas para em conjunto representando esta Casa, conseqüentemente os anseios de todos os paranaenses, no sentido de marcar audiência junto ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes e Comunicações, Senhor Doutor Affonso de Camargo Neto, para reivindicar assuntos gerais de interesse do Paraná através daque-

la Pasta Ministerial.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A formação de uma Comissão para, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, se justifica pela somatória de reivindicações que todos os segmentos da sociedade paranaense desejam em conjunto para rever a situação, pois estamos assistindo ao agravamento do problema com as rodovias federais no Paraná.

Lideranças Políticas e sociedade representativa do Paraná, que receberam com euforia a designação do paranaense Senador Affonso Alves de Camargo Neto, para o Ministério dos Transportes, pretende levar à consideração federal, o fato que o Paraná tem dado a sua cota de sacrifício em benefício da União e em contrapartida suas reivindicações mais primárias às vezes são relegadas a um segundo plano.

É preciso que se façam estas colocações para justificar o nosso pedido, pois somos um Estado próspero, que dá grande contribuição aos esforços brasileiros de desenvolvimento. Usufruímos uma fase de acentuado crescimento num contexto nacional desfavorável.

O Paraná tem hoje a felicidade de ver merecidamente pela segunda vez, a figura ilustre do Senador Affonso Alves de Camargo Neto, ocupando o cargo de Ministro dos Transportes e Comunicações, transformando-se não apenas em reconhecimento às suas qualidades mas, principalmente, ao trabalho que sempre esteve disposto a fazer pelo Paraná. Isso nos anima a afirmar que, por certo, haveremos de caminhar juntos irmanados com os mesmos pensamentos e propósitos para tentar conquistar um futuro mais promissor para nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do INCRA, Regional do Paraná, para que o mesmo prorrogue o prazo para 30 de maio de 1992, relativo ao cadastramento dos imóveis rurais do Paraná.

Esta solicitação, fundamenta-se em diversas reivindicações formuladas à esta Presidência, tendo em vista o prazo exíguo, para o preparo das informações necessárias ao cadastramento.

Por outro lado, as dificuldades encontradas por parte dos agricultores são inúmeras, por terem que se deslocar até a sede dos respectivos Municípios, em muitas vezes o percurso é extremamente longo.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de Expediente a Associação dos Municípios do Noroeste do Estado do Paraná - AMUNPAR, para que esta tome as precauções necessárias, junto as Delegacias Policiais dos Municípios que fazem parte da Associação, no sentido de informar sobre o terrível crime que foi vítima o Prefeito Municipal de Tamboara, o Senhor João Alexandre, para que estas empenhem, no limite de suas jurisdições, nas investigações que se fizerem imprescindíveis ao esclarecimento do fatídico assassinato, trabalhando em conjunto com os demais órgãos de Segurança.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor José Maria Correia, Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná, no sentido de que este proceda a remessa de ofícios a todas as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná, informando sobre o bárbaro assassinato do Prefeito Municipal de Tamboara, o Senhor João Alexandre, morto no dia 22 de abril de 1992, objetivando que estas envidem todos os esforços em suas jurisdições, na análise de dados e ocorrências que possam contribuir na elucidação do sinistro crime, que chocou tremendamente a Sociedade Paranaense.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam enviados expedientes à Diretoria da Polícia Civil do Estado do Paraná, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, e a Polícia Federal, no sentido de que estes órgãos tomem as medidas cabíveis, face a urgência da situação, para a elucidação do bárbaro crime perpetrado contra o Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tamboara, João Alexandre, ocorrido no dia 18 de abril de 1992, sendo que o mesmo veio a falecer no dia 22 de abril de 1992, crime este que até o presente momento permanece sem solução e que tanto chocou, pela brutalidade e covardia, a sociedade Pa-

Curitiba, segunda, em 27.04.92

ranaense, notadamente o Noroeste do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais deste Poder Legislativo, do editorial A decisão compartilhada publicado na página 04 do Jornal O Estado do Paraná, edição do dia 26.04.92.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais desta Assembleia Legislativa do editorial publicado pelo Jornal Gazeta do Povo, "Revisão Federativa".

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Editorial publicado pelo Jornal Gazeta do Povo registra, mais uma vez, o eterno e crônico problema dos critérios utilizados pela União no tocante à distribuição dos recursos arrecadados pelo Governo Federal e distribuídos aos Estados da Federação.

Desde 1965, quando foi criado, o FPE (Fundo de Participação dos Estados), com o objetivo de socializar os recursos arrecadados pela União como o Imposto de Renda e o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), o FPE é um bolo que cresce anualmente, só que a sua divisão é cada vez mais injusta.

Neste sentido e, em particular, a situação do Paraná, é de total injustiça, pois nosso Estado é responsável por 4,37% da arrecadação nacional de IR e IPI e, no entanto percebe menos de 10% dos benefícios.

Entretanto, há Estados das Regiões Norte-Nordeste que têm arrecadações infinitamente inferiores ao Paraná, mas na hora da distribuição do bolo, conseguem valores substancialmente maiores.

Portanto, essas distorções só serão corrigidas quando o Congresso Nacional modificar o sistema de representação dos Estados no Parlamento.

Assim, vale registrar nos Anais desta Casa a importante contribuição deste Jornal, em defesa dos interesses do nosso Estado, denunciando tais situações de injustiça e, ao mesmo tempo, nos alertando para que todos possamos nos unir e lutar para modificar esta situação que nos é desfavorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan, no Pequeno Expediente.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, venho hoje à tribuna para analisar junto com esta Casa, as discussões que se travam a nível de Congresso Nacional a respeito do reajuste do salário mínimo para os trabalhadores brasileiros, que deve vigorar a partir do próximo dia 1º de maio.

O Governo encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei reajustando o salário mínimo para duzentos e trinta mil cruzeiros; o PMDB, por toda a sua bancada, entende que este salário mínimo novo, a vigorar a partir do próximo dia 1º de maio, deva ser da ordem de duzentos e oitenta mil cruzeiros. O Governo por seu lado, diz que se o salário, aprovado pelo Congresso Nacional, for maior do que duzentos e trinta mil cruzeiros, ele deverá vetar a decisão do Congresso, porque a economia brasileira não suportaria um salário maior do que duzentos e trinta mil cruzeiros, e toda a política de controle da inflação do Governo iria portanto de água abaixo e o Governo perderia o controle da sua política antiinflacionária.

Mas Senhores Deputados e Senhor Presidente, o que vem a ser o salário? Salário é a remuneração do trabalho, assim como se nós examinarmos os diversos fatores da produção, os fatores da produção, nós podemos lembrar em quatro: Os recursos naturais, trabalho, capital e empresário. Pelos recursos naturais, que são os recursos da terra, nós falamos que remuneramos com a renda; ao trabalho, nós remuneramos com o salário; ao capital, nós remuneramos com juros; e ao empresário a economia remunera com lucros. É a grande disputa, a grande briga dentro dos fatores da economia, dos fatores de produção, é essencialmente entre o salário que é pago ao trabalhador e os lucros que são obtidos pelos empresários. De um lado procuram os trabalhadores, através dos seus sindicatos, das suas associações de classe, das organizações, obter cada vez mais melhores salários; por outro lado, os empresários, também com as suas associações de classe e através dos seus cartéis, dos seus monopólios, dos seus oligopólios procuram também obter cada vez maiores lucros. E o que se discute neste País, hoje, é que o salário mínimo brasileiro - é o menor salário de quase todo o mundo, quando nós temos Países como os Estados Unidos que tem um salário de 663 dólares por mês e uma França com um salário mínimo de 880 dólares por mês, enquanto que no Brasil o salário mínimo do brasileiro ainda se situa na casa dos 41,6 dólares por mês. Se elevarmos o

salário para duzentos e trinta mil cruzeiros, nós estaremos concedendo ao trabalhador brasileiro um salário mínimo da ordem de 100 dólares ao mês; se elevarmos para duzentos e oitenta teremos aí um salário mínimo perto de 120 dólares por mês.

Para que se tenha uma idéia, um comparativo com salários mínimos de outros países - não vamos comparar com os Estados Unidos que é 663 dólares e nem com a França que tem 880 dólares por mês mas vamos nos ater aqui em Países da América Latina, especialmente nos países do Mercosul. Então nós temos aqui: Brasil 41,6 dólares por mês; Argentina 98 dólares por mês; Uruguai 86 dólares por mês; Paraguai 185 dólares por mês; Chile 92 dólares por mês; México 120 dólares por mês; Venezuela 126 dólares por mês. Excluindo portanto o Chile, hoje, em termos de salário mínimo, o Brasil é aquele que tem o menor salário mínimo de todo o Mercosul.

Então o que se procura é atualizar este salário, é reajustar esse mínimo de maneira que ele fique em condições de se igualar, pelo menos, a alguns outros Países aqui, da América do Sul, especialmente, do Mercosul.

Mas o que é mais importante, não basta que se reajuste o salário mínimo, não basta que se aumente o salário mínimo. O que precisa saber, o que precisa ser discutido é que se mantenha o poder de compra do salário, é que o poder aquisitivo do salário ele se mantenha de maneira tal que ele possa cumprir a sua função constitucional, que ele possa cumprir o princípio também inserido no art. 76 da lei trabalhista, na Consolidação das Leis do Trabalho, e ali está escrito que o salário mínimo é a conta-prestação devida ao trabalhador por dia normal de trabalho e capaz de satisfazer as suas necessidades e as de sua família, as necessidades básicas essenciais que são: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e saúde. Esta é a função do salário mínimo.

Então, o que se precisa é estabelecer e se entender também a diferença que existe entre salário nominal e salário real. O salário nominal é quantia em dinheiro que o trabalhador recebe o salário real é aquele que expressa o poder de compra do salário nominal.

De nada adianta estarmos aumentando a cada dia um salário, e ao mesmo tempo, temos caminhado junto com este aumento uma inflação que a cada mês, a cada dia, corrói o poder de compra do salário.

O Sr. Neivo Beraldin - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Caro Trevisan, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que o salário mínimo cresce muito devagar e o em-

pregador, além de pagar um salário mínimo para o trabalhador, ele paga um quantia ainda muito maior para o Governo de encargos.

Aí que reside a dificuldade de nosso trabalhador.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito bem colocada a questão de Vossa Excelência. Em verdade, a grande preocupação do País é alinharmos com outros países, também estabelecendo um salário mínimo condizente com a necessidade do trabalhador brasileiro.

Por outro lado, a cada cem cruzeiros de salários pagos neste País, 50% disto são pagos pelo empresário a título de encargos sociais. Um trabalhador não custa à empresa tão somente o valor do salário mínimo. Ele vai custar à empresa o salário mínimo e mais 50% de encargos sociais.

Uma outra preocupação que se precisa ter é com relação à produtividade do trabalho, porque se pagarmos tão somente o salário, como o salário é contraprestação por um trabalho realizado, este trabalho também há que participar da economia com índices melhores de produtividade.

A grande preocupação deste País ao mesmo tempo em que nós temos a necessidade de ampliar e de aumentar o nosso salário mínimo, precisamos também estabelecer políticas de melhoria da qualidade de nossa mão-de-obra, para que ela tenha melhor produtividade e as empresas, conseqüentemente, contando com uma mão-de-obra de melhor qualidade, possam produzir mais e ter condições de desenvolver o país e oferecer possibilidades de melhores empregos e de melhores salários.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

Só gostaria de registrar a presença do Vereador Edmir Manoel Ferreira, do PTB de Paranaguá, e também Presidente da Federação das Colônias dos Pescadores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Deputado Ovídio Constantino tem a palavra.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vimos participando neste Estado, já há muito tempo, acompanhando conjuntamente as lutas dos trabalhadores rurais sem terras e também dos pequenos proprietários rurais neste Estado. Durante o ano passado os trabalhadores sem-terras, assentados, acampados nas áreas em litígio neste Estado, que são aproximadamente 50, estiveram numa grande mobilização, fazendo uma pas-

seata, uma caminhada de Irati até Curitiba, para sensibilizar as autoridades do Poder Executivo, Poder Legislativo, o próprio Poder Central, para suas reivindicações muito justas.

Promessas a cada vez se vê aos montes. Propagandas, através dos meios de comunicação, se vê todos os dias. No entanto, os problemas concretos do dia a dia, a fome, a miséria que se alastra por este Estado, pelo campo, entre os pequenos trabalhadores rurais e o povo sem-terra que a cada vez mais aumenta este exercício pela concentração de terras e riquezas pelo sistema de exploração capitalista que existe em nosso País, obriga os trabalhadores a se utilizarem de recursos não muito aceitos pela sociedade para verem seus problemas resolvidos.

Após aquela grande manifestação de outubro, onde por três vezes ficaram acampados na praça Osório nesta Capital reivindicando direitos, reivindicando as desapropriações das áreas que estão em litígio no Estado, para que as famílias possam produzir sossegadamente os seus alimentos e do povo do Paraná, mais uma vez o movimento dos trabalhadores sem-terra do Paraná se obriga a fazer uma jornada de caminhada de todos os cantos do Estado do Paraná até Curitiba, e nesta manhã saindo do Parque Barigüi onde estavam acampados depois de terem caminhado quilômetros e quilômetros do interior do Estado se dirigiram para o centro da Capital e estão hoje, neste exato momento ocupando o prédio onde está instalado a sede do Incra no nosso Estado, um prédio de dez andares que está hoje nesse momento totalmente tomado, ocupado por mais de mil e quinhentos trabalhadores sem-terras acampados miseravelmente, passando fome, sem nenhuma solução para seus problemas. Quarenta e nove áreas de terras no Paraná estão sob litígio, estão sob ameaça de termos aí convulsões sociais no Estado.

Dessas 49 áreas já estão em processo de desapropriação em andamento, outras 20 já estão desapropriadas faltando apenas a emissão de posse, e isso já vem há mais de um ano sendo reivindicada pelos trabalhadores sem-terras para que se solucione o problema e que definitivamente sejam assentados e possam ali produzir sossegados. Já dissemos aqui em outras oportunidades que lavradores que já estão há quatro ou cinco anos em cima de áreas com suas propriedades construídas estão ameaçados de serem jogados à beira da estrada, onde novamente terão que procurar favelas, assaltar, matar, fazer alguma coisa para sobreviver no Estado, e que esta jornada de lutas não teve uma data para seu início, na última sexta-feira tiveram concentrações nas regiões do Estado e início da caminha-

da para capital e que não tem um fim definido, um final previsto, porque os trabalhadores estão dispostos a saírem desta Capital, do prédio do Incra, do prédio do Governo, da Assembléia, de onde for quando tiverem soluções para seus problemas. Porque não se pode mais aguentar um, dois, três, quatro, cinco anos de fome e de miséria enquanto que as autoridades estaduais e nacionais, principalmente na área de reforma agrária vivem acastelados em seus palácios, nas suas cadeiras e muitos trabalhadores querendo produzir, brigando para produzir e para trabalhar neste Estado e neste País.

Senhor Presidente, eu uso o horário da Liderança do PT.

Os trabalhadores estão, como já disse, ocupando o prédio do INCRA, onde hoje mais de uma centena de policiais tentaram impedir que os trabalhadores entrassem no prédio do INCRA, mas que pacificamente, corajosamente assim o fizeram, ocupando todos os andares e estão lá negociando, exigindo das autoridades federais na área da reforma agrária soluções para seus problemas, como a desapropriação dessas áreas ocupadas e a emissão de posse do Estado, como a exigência de liberação de recursos de cinquenta bilhões de cruzeiros para o PROSERA e atender assim ao oito mil famílias de trabalhadores assentados e acampados nesse Estado, exigindo também infra-estrutura, que o Governo aloque recursos para que possam construir estradas, armazéns, eletrificação rural, infra-estrutura para que os assentamentos possam se viabilizar, e depois não se venham dizer por aí que os trabalhadores sem-terra são vagabundos, que não produzem e que ganham a terra e depois vendem e saem novamente para se profissionalizar e tomar terras de fazendeiro, o que não é verdade, porque os assentamentos são jogados quando se assenta. O próprio INCRA faz isso: assenta os lavradores e os abandona sem nenhuma condição de fazê-los produzir nestas áreas. Por isso, os trabalhadores querem que o Governo coloque recursos de investimento e infra-estrutura para que os assentamentos possam dar certo e possam produzir.

Já se tem provas de que esses recursos têm uma produção de três a quatro por um quando se investe nestes locais.

Além disso, os trabalhadores querem: apoio do Governo do Estado para uma comissão de autoridades do Estado como também uma comissão dos próprios lavradores sem-terras se dirijam à Brasília e sejam recebidos pelo Ministro e o cobre para que ele deixe de fazer propaganda da reforma agrária e realmente a implemente neste Estado e neste País, porque se viu reforma agrária nesses dois anos de Collor apenas na televisão e mais nada.

Os trabalhadores querem o pagamento imediato também na área de saúde dos benefícios suspensos pelo INSS como também que o INSS no Estado autorize e fiscalize e determine as regras e as normas para que os postos dos municípios façam o encaminhamento dos requerimentos de pensão e aposentadoria dos lavradores aos cinquenta e cinco anos e sessenta anos de idade como também das lavradoras como está na Constituição. Além de outros tantos benefícios que estão reivindicando nessa sua jornada de lutas, nessa sua caminhada de sacrifícios justa para o bem da sua família.

Concedo um aparte ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e acrescento mais, nobre Parlamentar. Eu creio que essa manifestação do trabalhador da agricultura é uma demonstração da realidade pela qual passam hoje os agricultores e a própria agricultura brasileira como um todo com relação ao descaso que há em respeito a essa atividade da economia de um País que é essencialmente agrícola.

Fala-se em reforma agrária, fala-se em tantas outras questões quando se pretende o voto desses cidadãos e lamentavelmente, infelizmente, nenhuma ação efetiva tem-se dado como solução a essa situação aflitiva em que vive o trabalhador da agricultura atualmente; não só a nível de Paraná, a nível de Brasil o descaso é total.

Acreditamos, que esta manifestação é bem-vinda, é corajosa. A partir do momento em que o trabalhador se organizar e demonstrar a sua preocupação, o seu descontentamento e o pouco caso que as autoridades responsáveis para se definir questão de reforma agrária, situação condigna para a agricultura, nós acreditamos que esse será o único caminho: o caminho da manifestação, o caminho da organização.

Nós vimos hoje pela manhã, até estranhámos, quando chegávamos aqui às redondezas, policiais e mais policiais vindo para impedir, pelo que fiquei sabendo, a manifestação desses agricultores diante do Palácio, quem sabe até diante da Assembléia, quando na realidade no Palácio está uma das grandes autoridades, ou melhor, a maior autoridade do Paraná que, inclusive, foi um dos grandes incentivadores, quando advogado aqui em Curitiba, para as ocupações dos terrenos baldios. Acredito, até, que foi uma infelicidade essa determinação de não deixá-los vir à manifestação diante do Palácio, porque tenho certeza de que o Governador do Paraná, provavelmente, os receberia, quem sabe, até engrossaria essa caminhada a Brasília para se tirar a proposta do papel. Na Constituição está, lamentavelmente, na prática uma ação mais

efetiva não existe.

Então, eu parablenzo Vossa Excelência como também parablenzo a CPT pela coragem de tomar essa iniciativa, pela coragem de organizar o trabalhador da agricultura, que é um dos trabalhadores, um dos muitos trabalhadores, que vive o pouco caso em relação à decisão. Nós estamos vendo aí e recentemente Vossa Excelência, juntos estivemos analisando a situação dos acampados em Campo Bonito e ali se prometeu horrores para uma solução; até hoje nós estamos vendo aqueles acampados e tantos outros no Paraná aguardando uma solução emperrada pela burocracia que existe nos órgãos de decisão.

Eu creio que esses lavradores estão de parabéns no momento em que levando uma vida sofrida como levam têm coragem, junto com as suas famílias de saírem nesta caminhada e de se disporem a ir até o Ministro da Agricultura para manifestar o seu descontentamento.

Eu creio que neste momento esta Assembléia também deve se solidarizar com essa manifestação dos trabalhadores e de alguma forma procurar viabilizar esse contato com o Ministro da Educação, com o Secretário da Agricultura e outros órgãos que possam definir a situação caótica pela qual passam esses trabalhadores.

Por isso me solidarizo com Vossa Excelência, como me solidarizo com a manifestação desses trabalhadores e com a própria Comissão Pastoral da Terra que tem organizado esses trabalhadores para demonstrarem à sociedade paranaense o pouco caso e o descontentamento com que vivem atualmente.

Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Eu agradeço ao Deputado Paulo Maia pela contribuição, mas realmente, Deputado Paulo Maia, as autoridades do nosso País, porque não dizer do nosso Estado, quando vêm um agricultor se mobilizando, se movimentando lá num canto da cidade, a primeira coisa que se pensa é colocar policiamento em todos os cantos da cidade, do Estado, porque vê o trabalhador como um baderneiro. Vê o trabalhador como aquele agitador, que está ali lutando para sobreviver, mas só se faz isso quando se está no poder, porque nós sentimos hoje lá por exemplo, o Presidente do INCRA, no mês de outubro quando eu participava junto com os agricultores de uma audiência com o Presidente do INCRA, com outras autoridades sem exigir ou se pedir solução para esses problemas.

Depois de um ano praticamente seis meses quando os trabalhadores, depois de esgotarem-se todas as formas a paciência de negociar a sua sobrevivência resolvem vir para a Capital e não sair daqui sem achar solução para os problemas, aí a primeira

palavra das autoridades é o seguinte: "vão embora que depois nós negociamos". Um jeito safado, sacana, perverso de desmobilizar o povo que se organiza para conquistar os seus direitos. Por que não se resolve os problemas quando o povo está pedindo e negociando pacificamente? Por que se obriga os lavradores virem e terem que entrar na marra num prédio público e dizer nós não saímos daqui até que resolvam o nosso problema.

Isso não é na primeira vez, depois de um ano, dois, três de negociação, de pedir pacificamente, de se ajoelhar diante das autoridades e pedir solução para os problemas.

Por que esse Governo Federal tem dinheiro para fazer tantas outras prioridades? Deixar esses ministros corruptos roubarem o dinheiro do povo e não tem dinheiro para fazer a reforma agrária. Tem dinheiro para aplicar em estradas, infraestrutura para os grandes fazendeiros e reforma agrária no Norte do País e aqui deixa os nossos lavradores sem condições de permanecer na terra, de produzir alimentos, de sobreviver (é tirado o som).

Senhor Presidente, para concluir, tenho dois minutos ainda do horário da Liderança do PT.

Se procura desmobilizar e depois que se provoca a ira e a raiva dos trabalhadores, depois que se provoca a fome, a miséria, quando eles estão com os estômagos roncando e que a arma é enfrentar o que for possível para poder sobreviver aí dizem vão embora que daí nós negociamos. Não negociamos sob pressão. Essa é a arma das autoridades. Inclusive aqui do Palácio se fala muito nisso.

Nós temos aqui na pauta de reivindicação dos lavradores, pedindo para que os Deputados estaduais apoiem a luta, Senhores Deputados. Apoiem e se posicionem, pressionando os Deputados Federais do Paraná e os Senadores para que votem pela derrubada do veto do salário maternidade para a trabalhadora rural e que os nossos Deputados Federais também pressionem o Governo através do Ministro da Agricultura para que regularize essas 49 áreas que estão sob litígio no nosso Estado e que o Governo do Estado tenha um Fundo de Terras aprovado por essa Assembléia, que se agilize convênios com INCRA e de imediato se resolva a desapropriação dessas áreas e deixemos esse povo trabalhar em paz no Paraná, que amanhã ou depois ou que hoje talvez ainda, nós não tenhamos que ouvir notícias pela televisão e rádio que a polícia teve que invadir o prédio do INCRA, bater, matar, ferir ou sair ferido por trabalhadores que estão lá com suas armas sim, com as suas armas de trabalho, as suas foices, os seus facões para mostrar

que sabem trabalhar e se preciso também resistir a sua sobrevivência, o seu direito à vida. Não esperamos, esperamos que aqui nós tenhamos o apoio desta Casa para estas reivindicações e esperamos que não venham notícias tristes de um fato como este, como percebemos hoje de manhã a polícia querendo invadir o prédio e o Superintendente do INCRA teve que, sob pressão dos próprios lavradores: retire a polícia daqui que nós estamos aqui pacificamente, para que não ocorra desastres no nosso Estado, como aconteceu na praça em Porto Alegre e assim nós possamos deixar esse nosso povo trabalhar em paz e produzir alimentos para suas famílias, para o povo do Paraná e para os Deputados do Paraná também.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o horário do Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

PSDB - (Declina).

PTB - (Declina).

PT - (Declina).

PL - (Declina).

PDT - (Declina).

PST - (Declina).

PFL - (Declina).

PRN - (Declina).

PMDB - (Declina).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de Líder do PST, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Técnicas Permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Costenaro Neto, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados como Membros Titulares da Comissão de Constituição e Justiça. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 102/92, subscrito pelo Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 27 do corrente mês, em virtude de trabalhos parlamentares. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 408/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 27 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 042/92 - Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 083/83 - de autoria do Deputado Fuad Nacli, que cria o município de 4º Centenário, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do município de Goioerê e divisas do atual distrito administrativo. Sem Relatório da C.C.J. Em Regime de Urgência.

Of/DTL/SAT nº 63/92

Curitiba, 16 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 051/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art.87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 083/85, por considerá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo criar o município de 4º Centenário, desmembrado do município de Goioerê e com as divisas que especifica.

O Projeto de lei em causa não pôde merecer acolhimento, tendo em vista que, a Lei Complementar nº 56, de 18 de janeiro de 1991, não permite a criação de municípios no ano das eleições municipais. Pela Lei Complementar nº 62/92, de 4 de março de 1992, promulgada por essa Augusta Casa, o prazo para criação de municípios foi prorrogado até 1º de maio próximo. Como é do conhecimento desse Poder Legislativo, o Governo do Estado, nos termos do art. 103, inciso V, da Magna Carta Federal, propôs, junto ao Supremo Tribunal Federal, ação de inconstitucionalidade da referida Lei 62/92, tendo aquela suprema corte concedido medida liminar suspendendo a eficácia e a vigência de tal lei.

Assim sendo o Projeto de Lei nº 083/85, ora vetado, é manifestamente inconstitucional porque, se acolhido, estaria descumprindo e desrespeitando decisão judicial da Suprema Corte de Justiça do País.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 083/85
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1º - Fica criado o município de 4º

Centenário, desmembrado do município de Goioerê, com as seguintes divisas e confrontações:

"Ponto inicial e final: Foz da Água Bela no Rio Piquiri, do ponto inicial sobe pela Água Bela até a Rodovia PR-180, sobe por esta até a Rodovia Municipal GO-119, segue por esta até encontrar o ramal "RC", seguindo deste ponto até o Rio Caracol, desce por este até a divisa das glebas 23 (inclusive) e 15 (exclusive) da Colônia Goioerê, deste ponto rumo Sul pela divisa das referidas glebas até encontrar o Rio Comissário, pelo Rio Comissário abaixo até a sua foz no Rio Ronquito, desce por este até a sua foz no Rio Piquiri, desce por este até a foz da Água Bela, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 26.03.92

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

E. antiga a reivindicação da laboriosa população do Distrito de 4º Centenário, município de Goioerê.

Desde 1971, conforme a Proposição nº 75/71 - arquivada nesta Casa, existe um abaixo assinado manifestando o desejo dos residentes em 4º Centenário, de alcançar a sua emancipação política, a fim de melhor estruturar o seu crescente desenvolvimento sócio-econômico.

Em discussão.

O SR. NILTON BARBOSA - (Para discutir) -

Sr. Presidente, só para prestar um esclarecimento aos companheiros desta Casa em relação à Proposição nº 42/92, e já aproveitando também e comentando sobre o nº 43/92. São dois Distritos elevados à categoria de município, que tiveram os seus plebiscitos realizados o ano passado. O caso específico de Perobal, Distrito que se desmembra de Umuarama, inclusive aqui presente na Sessão, aproveitando o ensejo para registrar a presença do Vereador José Evangelista, que é representante do Distrito. Já em 91, em março foi feito o plebiscito em Perobal, em 91 também foi feito plebiscito em 4º Centenário, que se desmembra de Goioerê. Então, nós gostaríamos de contar com apoio dos companheiros para que derrubássemos o Veto apostado a esse Projeto do Sr. Governador, para que tenhamos a condição da realização das eleições em 3 de outubro. Houve aí alguns atrapalhos por parte de encaminhamento da referida lei dos municípios e nós tentamos agora, nesta oportunidade, o resgate para que tenhamos a possibilidade de fazermos a eleição ainda este ano. Então, razão pela qual gostaria de contar com o apoio dos

companheiros para que derrubássemos esse Veto para que pudéssemos ver os municípios, tanto um quanto outro, com mais de dez mil habitantes, com seus respectivos plebiscitos já realizados. Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão SIM e os contrários à manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para a votação, as cédulas que contêm a expressão NÃO.

O SR. 1º SECRETARIO - (João Arruda) - (Procede a Chamada nominal dos Srs. Deputados).

Quarenta e cinco (45) Srs. Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Comissão constituída pelos Deputados Orlando Pessuti, Dobrandino, Hermas Brandão, Nilton Barbosa e João Iensen para comporem a Comissão escrutinadora.

Trinta dos Srs. Deputados votaram com a cédula contendo a expressão "NÃO", 14 (quatorze) com a expressão "SIM" e 1 (um) voto em branco.

Está rejeitado o veto. MANTIDA a Lei.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 043/92 - Veto apostado ao Projeto de Lei nº 005/87 - de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos, que cria o município de Perobal, com área desmembrada do município de Umuarama, e divisas que especifica. Sem Relatório da C.C.J. Em Regime de Urgência.

OF/DTL/SAT/Nº64/92

Curitiba, 16 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 059/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 005/87, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos. Visa o autógrafa criar o município de Perobal, desmembrado do município de Umuarama e com as divisas que especifica.

O projeto de lei em causa, não pode merecer acolhimento, tendo em vista que a Lei Complementar nº 56, de 18 de janeiro de 1991, não permite a criação de municípios no ano das eleições municipais.

Pela Lei Complementar nº 62/92, de 04 de março de 1992, promulgada por essa Augusta Casa, o prazo para criação de muni-

cípios foi prorrogado até 1º de maio próximo.

Como é do conhecimento desse Poder Legislativo, o Governo do Estado, nos termos do art. 103, inciso V, da Magna Carta Federal, propôs, junto ao Supremo Tribunal Federal, ação de inconstitucionalidade da referida Lei 62/92, tendo aquela suprema Corte, concedido medida liminar suspendendo a eficácia e a vigência de tal lei.

Assim sendo o Projeto de Lei nº 005/87, ora vetado, é manifestamente inconstitucional porque, se acolhido, estaria descumprindo e desrespeitando decisão judicial da Suprema Corte de Justiça do País.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 005/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Perobal, desmembrado do Município de Umuarama, composto pelo Distrito de Perobal e pela localidade de Cedro, com sede na localidade de Perobal e com as divisas e confrontações seguintes:

"Tem como ponto inicial e final a foz do córrego Mariza no ribeirão Peroba, sobe pelo ribeirão Peroba até a foz do córrego do Canto ou Curuvu, sobe por este até a sua nascente, deste ponto segue pela divisa dos lotes 5-A (inclusive) e 5-E (exclusive) até a estrada Pau D'Alho, seguindo por esta estrada até o entroncamento com a Estrada Vermelha, pela Estrada Vermelha até a altura da nascente do ribeirão Peroba, deste ponto rumo Nordeste em linha reta e seca até atingir a nascente do ribeirão Palmital, desce por este até a sua foz no rio Goioerê, descendo por este (divisa intermunicipal com Mariluz) até a foz do ribeirão Azul ou São Tomé, subindo por este (divisa intermunicipal com Alto Piquiri) até a Estrada Azul, por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora (divisa intermunicipal com Alto Piquiri), por esta até Estrada divisória ou Saltinho (divisa intermunicipal com Iporã), até a Estrada Santa Inês (ou Estrada divisora das Glebas 3 e 4) segue por esta até o seu final pelo seu prolongamento até o córrego Mariza, desce pelo mesmo até a sua foz no ribeirão Peroba, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 31.03.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Os Senhores Deputados responderão à chamada nominal feita pelo Senhor 1º Secretário, com o mesmo sistema de votação do anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (João Arruda) - Procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados, e termina a Votação Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 45 Senhores Deputados.

Designo uma Comissão formada pelos Senhores Deputados Orlando Pesuti, Nilton Barbosa, Nelson Garcia e João Iensen para a Comissão escrutinadora.

Votaram 45 Senhores Deputados.

12 com a cédula SIM, três votos em branco e 30 NÃO.

Está rejeitado o veto e mantido o Projeto.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 604/91, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.517, de 02.01.74, nele incluindo os municípios de Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 171, de 16.12.91).

PROJETO DE LEI Nº 604/91

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 6.517 de 02 de janeiro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O território da Região Metropolitana é área contínua constituída dos atuais Municípios de Curitiba: Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba, Balsa Nova, Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Quitandinha."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.04.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 080/91, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22, de 19.03.91.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 080/91
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã:

"Tem seu início no Rio Ivaí na divisa dos Municípios de Cândido de Abreu e Manoel Ribas, seguindo a divisa do mesmo com três rumos definidos até encontrar o Rio Azul, descendo por este até encontrar a estrada que liga Ariranha a Ivaiporã, passando pelo Bairro de Barraquinha e Alecrim, aí seguindo pela estrada do Formoso com a Estrada para Santa Bárbara, seguindo por esta até o ponto mais próximo da nascente do Rio Formoso; deste ponto em linha reta até a nascente do Rio Formoso e, por este abaixo, até a sua Foz do Rio Ivaí; por esta acima até a divisa com os Municípios de Cândido de Abreu e Manoel Ribas, ponto inicial e final desta descrição."

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

"Cruzamento da Rua Faxinal com a Rua Guarapuava - Rua Guarapuava até a divisa dos lotes n.ºs 22 (exclusive) 23 (inclusive), divisa do lote 23 (inclusive) contornando o terreno de cemitério até a Rua Belo Horizonte - Rua Belo Horizonte até a Rua Jacutinga - Rua Jacutinga até o Contraforte que liga as Ruas Belo Horizonte e Faxinal - Contraforte que liga as Ruas Belo Horizonte e Faxinal até a Rua Faxinal - Rua Faxinal até a Rua Guarapuava."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.04.92.

(aa) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Presidente

BASILIO ZANUSSO

Relator

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito, registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/92, que dispõe que a fiscalização pelo cumprimento das formas federais e estaduais de proteção da flora e fauna no Estado do Paraná, são de competência do Instituto de Terras, Cartografia

e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, Emenda Modificativa Corretiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, com apoio dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Erondy Silvério, Nilton Barbosa e Basílio Zanusso, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 68/92

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 01

Altera a redação do "caput" do artigo 4º e acrescenta parágrafo único.

Art. 4º - O órgão ambiental poderá delegar o exercício parcial da atividade fiscalizatória a outros órgãos do Estado ou a órgãos municipais.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto neste artigo, o chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, num prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.92.

(a) JOÃO ARRUDA

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Erondy Silvério, Nilton Barbosa, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa garantir no texto do Projeto de Lei, que o estabelecimento de critérios para efetiva delegação da atividade fiscalizadora, dar-se-á obedecendo a mesma norma legal.

Para tanto, propõe-se ao Chefe do Poder Executivo a regulamentação da presente Lei.

Para as devidas correções, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados.

Ainda sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando que o Projeto de Lei nº 068/92 seja juntado ao processo concernente ao Projeto de Lei nº 069/92, em se tratarem de matérias únicas e pela sua similitude devem ser transformadas numa só.

Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - O Requerimento trata da anexação deste Projeto...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O 68 anexado ao 69.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós inclusive já havíamos - em questão de uns quinze ou vinte dias atrás - dialogado a este respeito com

o Deputado Colombino Grassano.

Embora pareça tratar do mesmo assunto, os projetos diferem, e o Projeto que estamos em processo de votação, o nº 68/92, pretende dar ao ITCF algumas atribuições que hoje são a ele atribuídas através de convênio que mantém com o organismo Federal.

O Projeto nº 69/92, onde pretende-se anexar o Projeto nº 68, trata da criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ou seja, do órgão único ligado ao Meio Ambiente, onde está muito bem esclarecido que todas as atribuições hoje pertencentes ao ITCF serão absorvidas pelo novo órgão a ser criado.

Então, não vejo porque votarmos esse Projeto nº 068 independente do outro Projeto, que é bem mais polêmico e com muito mais discussões em cima, porque são assuntos que, embora tratando de entidades correlatas, diferem nos seus fundamentos. Um é atribuição que está se dando ao ITCF, o outro é a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Então, eu entendo que não há necessidade de anexarmos esse Projeto ao outro, como pretende o Deputado Colombino Grassano - e já fizemos essa ponderação a ele, pessoalmente, a questão de uns quinze dias atrás - e nesse momento, nós solicitamos aos Deputados, que votem contrário a essa anexação e que aguardemos a tramitação desse Projeto nas Comissões, haja vista a emenda apresentada por alguns Senhores Deputados, e que ele retorne para ser votado aqui, neste Plenário.

Enquanto isso, vamos tratar do assunto ligado à criação da Secretaria do Meio Ambiente, que é uma coisa - no nosso entendimento - diferente uma da outra.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar)
- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O bom senso e a técnica legislativa aconselham que esses dois Projetos, essas duas Mensagens Governamentais sejam anexadas. Porque faria só um projeto e o que consta no Projeto nº 68 seria transferido para o Projeto nº 69, e nós não teríamos o trabalho de votar duas matérias, mesmo porque o ITCF, quando da votação da Mensagem Governamental nº 69, estará incorporado à Secretaria do Meio Ambiente, que dá hoje atribuições ao ITCF, para depois, estas mesmas atribuições, serem transferidas para a Secretaria do Meio Ambiente.

Então não vemos o porquê de votar nesse Projeto, apesar de que há uma emenda fazendo voltar à C.C.J. o Projeto nº 68. Mas, o bom senso e a boa técnica legislativa nos aconselha a assim proceder: juntar os dois Projetos e incluir essa matéria no Projeto 69, que cria a Secretaria

do Meio Ambiente.

Acho que deve prevalecer o bom senso.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Mais para esclarecimento também desse Deputado e do Plenário.

Veja Vossa Excelência, que o Projeto que está sendo requerido, é a anexação do Projeto nº 68 ao nº 69. Pelo que nós entendemos daquilo que já decidido por esta Mesa e por esta Presidência em Sessões anteriores, nós temos que levar em consideração que o Projeto nº 68/92 já transitou pelas Comissões e foi votado em primeira discussão, enquanto que o Projeto nº 69 permanece ainda nas Comissões.

Então se houver uma decisão quanto a anexar esse naquele, teria que ser anexado o 69 ao 68 e não o 68 ao 69, até por uma questão de precedentes.

Então, Senhor Presidente, entendo que este Projeto, que já está em fase de votação, discutido e votado já em uma primeira oportunidade, não pode mais agora ser anexado ao outro Projeto que está tramitando nas Comissões. Se for do entendimento de Vossa Excelência, o que teria que acontecer era anexar o 69 ao 68, dado à precedência que o mesmo já possui e por já ter sido discutido por uma ocasião aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.
Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação: 14 aprovam; 22 rejeitam.
Rejeitado.

O Projeto irá às Comissões competentes.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/92, em caráter de utilização gratuita à Associação de Moradores e Amigos da Vila Leão, imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 395/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que autoriza o Poder Executivo a doar à União Paranaense dos Estudantes-UPE, o imóvel situado à Rua Carlos Cavalcanti, 1157, Curitiba, sede histórica da entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Com Emenda da C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

LCM/AL/2398

Curitiba, 10 de março de 1992.

Ilmo.Sr.

Deputado Colombino Grassano

M.D. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça- CCJ

EM MAOS

Senhor Presidente.

Pela presente, estamos propondo a Vossa Senhoria, que baixe vistas do processo anexo, sob nº Protocolo 8610/91, Projeto de Lei 395/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, ao companheiro membro dessa C.C.J., Deputado Rafael Greca de Macedo.

O presente processo traz informações que Vossa Senhoria solicitou ao Governo e que atendem à preocupação do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo.

De nossa parte, mantemos nosso voto original, proferido em 17.09.91, ocasião em que nosso companheiro solicitou vistas e recomendou que se pedissem informações ao Governo.

Ao ensejo, nosso apreço de sempre.

Cordialmente

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 395/91

Protocolo nº 8610/91

Autor: Dep. José Afonso Júnior

Súmula: Autoriza o Poder Executivo doar à UPE o imóvel em que funciona sua sede.

PARECER:

Pretende o autor, autorizar o Poder Executivo a doar a UPE - União Paranaense de Estudantes, o imóvel situado na Rua Carlos Cavalcanti, sob nº 1157, em nossa Capital, local em que sempre funcionou a sede da entidade.

Quando do movimento militar de 1964, a consequência foi o fechamento da Entidade, e o Estado apossou-se do imóvel, fazendo ali funcionar alguns órgãos, sendo por último a PARANATUR.

Hoje, o imóvel está cedido a UPE, mas em comodato. A idéia do nobre Companheiro José Afonso Júnior, meritória; é autorizar o Poder Executivo a fazer a doação, em caráter definitivo, para que a Entidade possa fazer melhor uso do citado imóvel, levantando recursos através de locação ou qualquer outro meio, mas permitindo uma melhor conservação. Hoje, o imóvel está praticamente abandonado.

Na ótica constitucional ou legal, nada há que impeça este projeto de ter sua aprovação recomendada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.09.91.

Curitiba, segunda, em 27.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 395/91

PARECER:

A iniciativa do Deputado José Afonso Júnior, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à UPE - União Paranaense de Estudantes, o imóvel sito à Rua Carlos Cavalcante nº 1157, em Curitiba-Pr.

Não obstante as informações, desconstruídas no que se refere às condições em que a entidade estudantil de há muitos anos ocupa o imóvel, expedida às fls. 23/25, é de observar que o teor não envolve consequências definitivas.

A autorização, que poderá ou não ser cedida tendo em vista os interesses imobiliários do Estado, incumbe ao Poder Executivo torná-la factível ou negá-la.

Sob estas considerações, é recomendável o deferimento da proposta sub exame para que prossiga a sua regular tramitação legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.04.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

RENATO ADUR

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

VOTO EM SEPARADO

AO PROJETO DE LEI Nº 395/91

O Projeto de Lei nº 395/91, em análise, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, visa autorizar o Governo do Estado a doar à União Paranaense de Estudantes- UPE, o imóvel situado na Rua Carlos Cavalcanti, 1157, em Curitiba.

Levado à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, essa requereu à Secretaria de Estado da Administração, informações a respeito do imóvel, a qual através da coordenadoria do Patrimônio do Estado, formulou parecer a respeito, fls. 23 a 25, e sugeriu a inclusão no referido Plano de Lei, das características do imóvel que se pretende seja doado.

Entendemos que deva ser acatada a sugestão daquela Pasta, elaboramos emenda, em anexo, visando tão somente corrigir a redação do projeto original.

Necessário também se faz, a adição ao Plano de Lei, de uma cláusula de inalienabilidade, a qual garantirá íntegro o patrimônio dos estudantes, uma vez que não poderá ser vendido.

No entanto fica ao mesmo tempo assegurada à entidade o direito à posse e uso do imóvel da melhor forma que lhe convier.

Nada mais havendo a observar, somos pelo prosseguimento do Projeto de Lei em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 12.04.92
(aa) DOBRANDINO DA SILVA
Presidente e Relator.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA E ADITIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 395/91

Art. 1º - O Art. 1º e o Parágrafo Único do Projeto de Lei nº 395/91, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a União Paranaense dos Estudantes - UPE, o imóvel registrado na 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis de Curitiba, matrícula nº 15196, com as seguintes características:

Lote de terreno com a indicação fiscal nº 1.000, quadra 031, setor 11 do Cadastro Municipal, situado nesta cidade, medindo 24,00 (vinte e quatro metros) mais ou menos de frente para a rua Presidente Carlos Cavalcanti, por 51,52 m (cinquenta e um metros e cinquenta e dois centímetros) da frente aos fundos do lado direito de quem da rua acima olha o imóvel, onde confronta com a rua João Manpel, para a qual faz esquina, sendo o lado esquerdo formado por três linhas, sendo a primeira partindo da rua Presidente Carlos Cavalcanti, mede 29,60m (vinte e nove metros e sessenta centímetros), daí quebra a esquerda numa extensão de 8,80 (oito metros e oitenta centímetros), sendo esta a segunda linha e, daí quebrando a direita, numa extensão de 11,75m (onze metros e setenta e cinco centímetros), sendo esta a terceira linha, confrontando nessas três linhas com imóvel de propriedade da viúva de Vicente Debenedito e herdeiros de Kuna Klemann, tendo de largura na linha de fundos 50,44m (cinquenta metros e quarenta e quatro centímetros), onde confronta com o Lote A-1, e parte do lote D-3, da quadra NO-A-22, com a área total de 1.291,00 m² mais ou menos, contendo uma casa residencial de alvenaria, com três pavimentos, sob nº 1.157, da Rua Presidente Carlos Cavalcanti.

Parágrafo Único - A doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade, revertendo-se o imóvel ao patrimônio do Estado, livre de qualquer indenização, em caso da dissolução da entidade.

Sala das Comissões, em 12.04.92
(a) DOBRANDINO DA SILVA

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/91, de autoria do Deputado SEVERINO FELIX, que autoriza o Poder Executivo para

que as transferências de funcionários públicos sejam feitas somente no período de férias escolares de final de ano. Com PARECER CONTRARIO da CCJ, por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 154 de 21.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 531/91

P A R E C E R:

Diante das razões expedidas pela Secretaria da Administração, apoio pela rejeição do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 531/91. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 531/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que sujeita à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no Litoral Paranaense. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, CECE, CSP e CT, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161 de 03.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 565/91

P A R E C E R:

A proposição em exame, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 565/91

P A R E C E R:

De iniciativa do Deputado Lourenço Fregonese, para avaliação e parecer desta Comissão, Projeto de Lei que objetiva regulamentar a prática de esportes náuticos no litoral do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Como o entendimento é o de que a presente proposição deva seguir seu trâmite nesta Casa, uma vez que o objeto de sua proposta foi louvado e reconhecido por ou-

tras comissões técnicas, as quais manifestaram apoio e aprovação ao curso legislativo da referida proposta, à luz da competência deferida regimentalmente à Comissão de Turismo, opinamos pela aprovação e seqüência da tramitação do presente plano de lei, deferindo, finalmente ao soberano Plenário desta Assembléia Legislativa a decisão final e definitiva acerca do assunto nela tratado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92

(aa) DOBRANDINO DA SILVA

Presidente

GERALDO CARTARIO

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 565/91

P A R E C E R:

O nobre Deputado Lourenço Fregonese vem apresentar Projeto de Lei que objetiva disciplinar a prática de esportes náuticos no litoral paranaense, em locais públicos à beira-mar ou até cem metros da praia.

Além de tratar-se de louvável iniciativa com a finalidade de evitar acidentes envolvendo esportistas e banhistas que se acham no litoral paranaense a procura de descanso e lazer, vem de encontro ao que propõe o Artigo 46 da Constituição do Estado, quando afirma que "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas...".

No âmbito da Comissão de Segurança Pública - que se ocupa de assuntos dessa natureza - endossamos a feliz idéia do nobre colega, e como não encontramos nenhum preceito legal que o impeça, somos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.91

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 565/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 565/91 de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem como escopo exigir a autorização prévia do Poder Público para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense.

Em análise ao Projeto, em razão do mesmo constituir medida de segurança não só para os desportistas, mas principalmente para os demais frequentadores de nossas praias, esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes emite parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.91

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/92, de autoria dos Deputados ORLANDO PESSUTI e ANTONIO COSTENARO, modifica o artigo 1º da Lei nº 9.387, de 28 de setembro de 1990, que cria o município de Itacolomi, com território a ser desmembrado do município de Cambira. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24 de 30.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 74/92

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados, Orlando Pessuti e Antônio Costenaro Neto, o Projeto de Lei nº 74/92, tem como objetivo, modificar o artigo 1º da Lei nº 9.387, de 28 de setembro de 1990, que cria o Município de Itacolomi, com território a ser desmembrado do Município de Cambira.

Com a nova redação pretendida, o art. 1º da Lei nº 9.387, passa a vigorar com a seguinte redação: "Fica criado "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Novo Itacolomi, com território desmembrado do Município de Cambira, com sede na localidade do mesmo nome e com limites e confrontações do distrito administrativo".

Conforme informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do ESET/PR/0766/91, que o topônimo já denomina outra localidade Político-administrativa no País.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, emite o seu parecer favorável, a modificação proposta pelos autores.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 079/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Tereza Cristina, desmembrado do Município de Cândido de Abreu. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 164 de 05.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução Nº 079/91 (anexado

Projeto de Lei nº 133/91)

Protocolo nº 12233/91

Súmula: Autoriza Plebiscito para criação do Município de Tereza Cristina.

Autor: Deputado Edson Silva Lino

P A R E C E R:

Pretende o autor obter autorização desta Casa, para que se faça Plebiscito, visando criar o Município de Tereza Cristina, desmembrado do Município de Cândido de Abreu.

Inicialmente, fomos designados relator do citado projeto, mas baixamos em diligência, face a ausência, de documento do IBGE, que completasse a documentação já existente.

Agora, o autor juntou ao presente, expediente do IBGE, de nº 051/92, emitido dia 13 de março último, ratificando as linhas limítrofes do citado Município que se pretende criar.

O processo contém a documentação necessária e opinamos pela sua aprovação, nesta Comissão, devendo ter seqüência regimental.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 07.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/92, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito Administrativo e Judiciário de Ourilândia, para que a sua população se pronuncie a respeito da criação do citado município a ser desmembrado do município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito Administrativo e Judiciário de Ourilândia, para que a sua população se pronuncie a respeito da criação do citado Município a ser desmembrado do Município de Barbosa Ferraz.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

Rossoni

Relator

JUSTIFICATIVA:

Amparados pelo Art. 122, § 2º, XII, do

Regimento Interno, que rege a matéria - "Art. 122 - A Assembléia exerce sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos. § 2º - Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como: XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios" - entendemos oportuno apresentarmos à Casa o presente Projeto de Resolução, esperando dos nobres colegas o devido apoio que possibilite a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/92

P A R E C E R:

De autoria da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado, visa o Projeto de Resolução em análise a autorizar a realização de plebiscito no Distrito Administrativo e Judiciário de Ourilândia, para que sua população se pronuncie a respeito da criação do citado Município, a ser desmembrado do Município de Barbosa Ferraz.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, o projeto em análise não merece qualquer reparo, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/92, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as Contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1991.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07.04.92

(aa) NILTON BARBOSA

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

Apoio: João Preis.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 32/92

P A R E C E R:

A Proposição em exame, trata da Prestação de Contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - CABENFALE, referente a Verba de Assistência Social, do exercício financeiro de 1991.

Conforme ofício nº 03/92, a supra citada entidade demonstra o empenho e o denodo com que vem tratando e atendendo o seu quadro associativo, bem como a correta aplicação do recurso recebido, beneficiando todos os que a procuram.

Isto posto e, verificando-se a plena legalidade das contas prestadas, referente ao exercício financeiro de 1990, nosso parecer é favorável, permitindo-se ainda, opinar pela sua final aprovação.

Sala das Comissões, em 07.04.92

(aa) NILTON BARBOSA

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 523, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 511-H, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 515, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 512, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 513, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante expediente. A Mesa irá diligenciar com o Senhor Ministro para receber a Comissão em Curitiba.

Requerimento de nº 516, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 518, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 517, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Le-

gislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de nºs 526, 525, 524, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 506, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, pela ordem.

Nobre Presidente, há dias encaminhamos um requerimento solicitando a formação de uma comissão, que teve sua aprovação por unanimidade dos Senhores Deputados para que fossemos a Brasília reivindicar do Ministro dos Transportes, uma atenção especial ao Estado do Paraná. Então gostaria de encarecer ao Presidente a formação desta comissão para que pudéssemos reivindicar para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa manteve entendimento com o Ministro Affonso Camargo e ele prefere manter contato com a representação da Assembléia aqui em Curitiba. Na devida oportunidade comunicarei a Vossa Excelência.

O SR. EURIDES MOURA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 395, 565/91 e 074/92

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 079/91 e 003 e 005/92

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/92

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 27 DE ABRIL DE 1992.

A decisão compartilhada.

O Governador Roberto Requião decidiu solicitar a autorização da Assembléia Legislativa para receber imóveis em pagamen-

to da dívida de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de uma empresa estabelecida na Cidade Industrial de Curitiba, a Labra - Indústria Brasileira de Lapis S/A. Não se sabe o valor da dívida nem valor dos imóveis. Sabe-se, contudo, que medem exatos 3.997,24 m².

Cobrar impostos é, sem dúvida, um serviço de rotina da Fazenda Estadual. Isso acontece todo dia e este também não é o primeiro caso em que o Estado precipitadamente lança mão sobre o patrimônio de alguém para recuperar a dívida perdida. E dessa forma, aliás, que órgãos que nada têm a ver com imóveis, como o INSS, passaram a ser apanhados como os maiores "latifundiários" do País. A novidade, entretanto, está na forma como a cobrança está sendo levada a efeito. Aquele que seria um serviço de rotina da Fazenda Estadual é levado à discussão parlamentar pois, como disse o líder do PMDB na Assembleia, "o Governador decidiu que os processos desse tipo devem passar pelo crivo da Assembleia, seguindo a uma determinação de transparência dos atos do Poder Público.

A iniciativa do Governador de um "Estado diferenciado", como ele gosta de dizer, é própria de Requião, que tem a consciência de que "o País não suporta mais a imagem dos ladrões lidando com o dinheiro do povo". Embora a lembrança dessa frase do chefe do Executivo possa parecer um pouco forte demais para este caso, ela dá sentido à iniciativa de levar aos Deputados a discussão de um tema que, de simples, tem apenas a rotina da cobrança, mas que representa indubitavelmente um ato de força sobre o patrimônio privado.

Sabemos que no ano passado os setores da indústria e do comércio registraram desempenho negativo no que se refere ao ICMS. A queda registrada foi de quase quinze por cento, em média, mas teve setores cuja variação superou a casa dos trinta e dois por cento. Sem dúvida, esses números têm a ver com a situação econômica que atravessamos, e não de agora.

Submeter ao Poder Legislativo discussões como esta significa, além da almejada transparência na ação de Governo, buscar um outro sentido para o ato da cobrança de um tributo. Parlamentares partícipes do Governo por obrigação funcional, e não apenas críticos de decisões já tomadas, terão oportunidade de estabelecer salutar discussão a respeito da validade da tomada de um bem patrimonial produtivo pertencente à iniciativa privada em tempos de crise. A matéria é de bem mais profunda reflexão quanto se pode imaginar à primeira vista. Interessa ao Estado apenas o correto e justo recolhimento do tributo, ou interessa continue funcionando uma fábrica que gera empregos e produz bens de consumo

à população? Estamos diante de um caso de simples sonegação de impostos, ou de mau gerenciamento de negócios, ou diante de uma situação para cujo quadro contribuíram também os desmandos da política econômica oficial? Com a palavra, os Senhores Deputados paranaenses.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 27 DE ABRIL DE 1992.

Nova ordem Federativa.

Em notícia divulgada neste jornal foi registrada a perda progressiva de participação na receita tributária da União, sofrida a cada ano pelo Paraná, por conta dos critérios de distribuição da força política federativa. Essa realidade se torna mais contestada quando o País se prepara para uma revisão constitucional que deverá corrigir os desvios e imperfeições de formação da União Federal, não ajustados durante a elaboração constitucional de 1988.

Com efeito, o Paraná é responsável por 4,37% da arrecadação nacional do Imposto de Renda e Imposto de Produtos Industrializados, mas tem direito a apenas 2,8832% dos recursos operados dentro do Fundo de Participação dos Estados, que redistribui parcela desses recursos arrecadados de forma centralizada pela União. Por exemplo, no primeiro trimestre deste ano, o Paraná contribuiu com Cr\$ 186 bilhões em IR/IPI, mas o repasse do FPE para o estado foi de Cr\$ 30,9 bilhões. No passado, para uma receita total de Cr\$ 677 bilhões, o repasse foi de Cr\$ 48,5 bilhões.

É certo que o Estado do Paraná, recebendo menos de 10% de sua receita pública de transferências federais, pouco depende desses valores para administrar sua máquina pública, socorrendo-se basicamente de recursos próprios. Mas, enquanto contribui com mais de 4% das receitas federais recebe um retorno de 2%, sendo certo que, por ocasião da criação do mecanismo redistribuidor do FPE, o Paraná participava com 6% desse montante.

Ainda mais, estados federados há que, por força de critérios estatuídos na Lei Complementar nº 62/89, que regula a distribuição, participam com 9,4% do FPE, como a Bahia. De modo geral o critério beneficia os estados do Norte/Nordeste/Centro-Oeste em prejuízo das unidades situadas no Sudeste e Sul, o chamado Brasil meridional. Também se entende que o objetivo dessa redistribuição foi o de amenizar os desequilíbrios regionais, socializando em parte os recursos de recolhimento centralizado pela União.

O problema é que, sob o regime consti-

tucional vigente, os estados norte-nordestinos têm uma representação superavitária nos órgãos de formação da vontade política da União, em prejuízo dos estados do Centro-Sul, criando uma danosa distorção federativa. Assim, por dominarem o Congresso Nacional, tais representações direcionam a maior parte dos recursos orçamentários para aquelas regiões.

Um primeiro esforço de correção foi ensaiado pelos governadores dos estados do Sul, com a estruturação de uma Frente Parlamentar integrada por congressistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que se dispõe a atuar em bloco na defesa dos interesses da região, com o suporte dos respectivos governos. Mas também é certo que a solução só será assentada quando a revisão constitucional de 1993 alterar o critério do artigo 45 da Carta Política, que fixa as bases da definição do número de representantes, a ser estabelecida em lei complementar.

Pelo dispositivo constitucional, "nenhuma daquelas unidades da Federação terá menos de oito ou mais de setenta Deputados. Assim, com a plethora de novos estados

criados recentemente, mais o número mínimo de representantes - independentemente do total da população - os pequenos estados do Brasil setentrional formam um bloco majoritário no Congresso, em prejuízo do Centro-Sul.

Essa a substância da questão federativa colocada na ordem do dia da política brasileira. As resposta ao problema podem assumir feição radical como o recente movimento pró-separatismo, transitar pela luta em favor da revisão constitucional ou resultar em acomodação passiva. Este jornal, seguro de expressar o ponto de vista majoritário do povo paranaense, sustenta a intangibilidade da integridade territorial do Brasil, herdada de nossos antepassados e que cumpre preservar.

Ao mesmo tempo, nos posicionamos em favor de revisão do critério de representação federativa, que restaure o equilíbrio histórico entre as regiões componentes da União Federal, ao tempo em que seja promovida a efetiva descentralização dos assuntos federativos, que por si só supere o problema dos desvios e desperdícios de recursos públicos da União.